



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638466 - SP (2021/0000406-5)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : GLAUBER BEZ
ADVOGADO : GLAUBER BEZ - SP261538
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : NATASHA DE OLIVEIRA (PRESO)
CORRÉU : DOUGLAS JOSE GONCALVES DE BARROS
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de NATASHA DE OLIVEIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (15007590720208260286).

Consta dos autos que a paciente foi presa preventivamente pela suposta prática dos crimes previstos nos arts. 121, § 2º, I, III e IV, e 211, ambos do Código Penal.

Alega o impetrante que a segregação processual da paciente, despida de fundamentação idônea, não preenche os requisitos autorizadores da prisão preventiva e não existem indícios significativos do envolvimento da paciente no crime.

Aduz que a paciente possui residência fixa e bons antecedentes, além de ser empresária, predcados que autorizam a concessão de medidas cautelares diversas da prisão.

Requer a concessão da ordem, liminarmente, para que seja concedida a liberdade provisória à paciente. Subsidiariamente, requer a aplicação de medidas cautelares do art. 319 do CPP, dando preferência para a medida de comparecimento periódico em juízo.

No mérito, pugna que o presente *habeas corpus* seja julgado integralmente procedente, confirmando-se a decisão liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração,

deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente